

A Ecocrítica e a Educação Ambiental no Ensino de História:

uma proposta de análise a partir da revista Globo Rural

Por Denis Henrique Fiuza¹²

Resumo

O presente artigo é uma reflexão sobre a utilização da Ecocrítica na análise de fontes impressas sobre preservação ambiental nas aulas de história. O objetivo é refletir sobre o Ensino de História como uma ferramenta para a conscientização sobre a defesa do meio ambiente, desenvolvendo nos estudantes a capacidade de compreender e analisar as ideias ecológicas presentes em seu cotidiano a partir das reflexões da ecocrítica. Além disso, abordamos a utilização de fontes impressas (jornais, revistas), como instrumentos de construção do conhecimento histórico e da consciência ambiental. A partir da revista Globo Rural apontamos uma análise crítica de seu conteúdo, destacando pressupostos da história ambiental e da ecocrítica.

Palavras-chave: Ensino de história; Preservação ambiental; Impressos; Ecocrítica.

Abstract

The present article is a reflection about the use of Ecocritics in the analysis of printed sources on environmental preservation in history classes. The objective is to reflect on History Teaching as a tool to raise awareness about the defense of the environment, developing in students the ability to understand and analyze the ecological ideas present in their everyday life from the reflections of ecocritics. In addition, we address the use of printed sources (newspapers, magazines) as tools for building historical knowledge and environmental awareness. From the magazine Globo Rural we point out a critical analysis of its content, highlighting assumptions of environmental history and ecocritics.

Keywords: History teaching; Environmental preservation; Printed matter; Ecocritic.

12 Mestrando - Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) - Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná/UNICENTRO. Guarapuava, PR – Brasil. Email: denis-fiuza@hotmail.com

Introdução

No processo de construção e desconstrução do conhecimento histórico é nítida a importância do trabalho com as fontes em sala de aula. A utilização dos mais variados tipos de fontes históricas contribui para o desenvolvimento da capacidade de análise e interpretação dos estudantes. Nesse sentido, refletiremos sobre a análise de fontes impressas no ensino e na pesquisa em história, como periódicos, jornais e revistas relacionados à preservação ambiental, com o objetivo de aprofundar os debates sobre a ecologia e instrumentalizar os professores e estudantes em relação a essa temática.

Para tanto, utilizamos a ecocrítica, movimento científico-literário que se destacou no cenário mundial durante a década de 1990, tendo realizado diversos estudos de crítica literária das ideias ecológicas. Segundo Greg Garrard (2007, p. 360), esse movimento se deteve em realizar a “análise das origens culturais e das respostas às questões da crise ambiental”. A ecocrítica, também chamada de “ecocriticismo” é “o estudo da relação entre a literatura e o ambiente físico”, a crítica das ideias e dos discursos sobre a natureza, a ecologia e o ambientalismo.

Sendo assim, o objetivo deste artigo é refletir sobre o ensino de história e de educação ambiental, em especial, a relação entre o meio ambiente e a sociedade, destacando a importância de uma crítica profunda da literatura e dos impressos em geral que veiculam as ideias e contextos de uma época, relacionados a esse tema. E para isso contamos, além da ecocrítica, com a história ambiental, campo historiográfico que surgiu nos Estados Unidos na década de 1970, em meio ao interesse despertado pelo movimento ambientalista e pelas conferências internacionais realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Esses dois campos contribuem para uma interpretação eficiente daquilo que se escreve e se publica sobre preservação ambiental e que está acessível no dia-a-dia de estudantes e professores. Esses campos contribuem para que os ensinamentos de história e de educação ambiental proporcionem uma reflexão detalhada acerca da construção das ideias ecológicas. A história, como descrita por Marc Bloch (2001), se ocupa do “homem no tempo”, mas, além de atuar numa determinada temporalidade, os seres humanos atuam no espaço e estabelecem uma relação íntima com ele.

Essa relação se constituiu ao longo da história de forma diversificada, mas nas últimas décadas, pesquisadores identificaram o desenvolvimento de uma crise ambiental mundial, causada pela ação desordenada do homem, destruindo florestas, poluindo fontes pluviais, depositando gases poluentes na atmosfera e no solo, entre outras. A partir daí se desenvolve o ambientalismo e as ideias ecológicas,

em contrapartida a essa crise, sendo que ambos são diversos em número e em conteúdo.

Dividimos esse artigo em duas partes. Na primeira, fazemos a apresentação das discussões contemporâneas sobre a ecocrítica e a história ambiental e suas contribuições para a ciência histórica e para seu ensino nas escolas. Num segundo momento, abordamos alguns pressupostos metodológicos da história a partir da imprensa e de periódicos, para destacar a variedade de opções e de meios para se extrair diferentes contribuições históricas dos documentos impressos. E por fim, apresentamos um exemplo de análise ecocrítica e histórica, utilizando um tipo de fonte impressa, a revista *Globo Rural*, fundada em 1985.

A Ecocrítica e a História Ambiental como ferramentas para o Ensino de História

A ecocrítica se desenvolveu como um campo de análise científico-literária a partir da década de 1990, com a fundação da Associação para o Estudo da Literatura e do Meio Ambiente em 1992, que segundo Greg Garrard (2007, p. 360)² “foi formada a partir do estudo da literatura ocidental americana, realizando conferências bienais que cresceram rapidamente em escala no restante da década”. É um movimento que se debruça sobre a análise da constituição dos discursos e das ideias que surgiram como reação da sociedade à crise ambiental.

Nesse contexto, ao longo dos séculos XIX e XX intensificaram-se os debates e as produções literárias e científicas relacionadas à crise ambiental, identificada com o avanço da ciência ecológica. Articularam-se ideias que levaram à fundação de movimentos, a publicação de livros e à constituição de campanhas de proteção à natureza. Garrard (2006, p. 13), ao analisar o livro de Rachel Carson “*Primavera Silenciosa*” (1962), considerado o início do ambientalismo moderno, aponta que: “[...] as estratégias retóricas, o uso da pastoral e de imagens apocalípticas e as alusões literárias com que Carson molda seu material científico são passíveis de uma análise mais “literária” ou “cultural””, a análise a que se refere o autor é a própria ecocrítica.

É relevante frisar que a ecocrítica, segundo Garrard (2006 p. 14), “é o estudo da relação entre a literatura e o ambiente físico” e se detém na análise das representações da

2 Greg Garrard, presidente da Associação para Estudos de Literatura e Meio Ambiente, e professor de Ecocrítica na Universidade de Bath, ambas no Reino Unido, é um referencial nos estudos sobre ecocrítica e teoria literária, tendo seu livro “*Ecocrítica*” traduzido para o português em 2006.

natureza e do ambiente construídas ao longo da história. Glotfelt (1996 apud, Garrard, 2006) apresenta algumas questões enfrentadas pela ecocrítica, como por exemplo, “como é representada a natureza nesse soneto?” e “como se modificou o conceito de mundo natural ao longo do tempo?”. Além disso, a ecocrítica se debruça sobre o ambientalismo e as principais questões apresentadas são: “qual é a fecundação cruzada possível entre os estudos literários e o discurso ambientalista?” e “como o ambientalismo construiu seu discurso ecológico?” (GARRARD, 2006, p. 14).

A ecocrítica é também um movimento político e filosófico, Garrard (2006, p. 14) afirma que é “uma modalidade de análise confessadamente política”, e que os ecocríticos “costumam vincular explicitamente suas análises culturais a um projeto moral e político ‘verde’”, se aproximando assim da orientação dos movimentos ambientalista e ecologista.

Sendo assim, a ecocrítica contribui para uma análise mais profunda do ambientalismo e da relação seres humanos e natureza, ao invés daquela mais superficial que se tornou comum em quase todas as esferas da sociedade. Não se trata simplesmente de uma análise literal e fundamentalista desses processos impressos em fontes históricas, mas na sua ligação com o contexto em que estão inseridos e na sua relação com a cultura, com as ideias e as representações.

Nessa perspectiva, Kerridge (1998, apud Garrard, 2006, p. 15) descreve que:

O ecocrítico almeja rastrear as ideias e as representações ambientalistas onde quer que elas apareçam, enxergar com mais clareza um debate que parece vir ocorrendo, amiúde parcialmente encoberto, em inúmeros espaços culturais. Mais do que tudo, a ecocrítica procura avaliar os textos e as ideias em termos de sua coerência e utilidade como respostas a crise ambiental.

Nas palavras de Kerridge, percebemos a ênfase da ecocrítica na análise “dos textos e das ideias” e de sua coerência e utilidade em relação à crise ambiental. Nesse sentido, a história ambiental também contribui, pois, como destaca o historiador Donald Worster (1991, p. 211) “o historiador ambiental tem que enfrentar o desafio de examinar as ideias como agentes ecológicos”. As ideias e os discursos são socialmente construídos e elaborados, expressões da relação cultural entre homens e mulheres com a natureza. Ambas essas ciências (ecocrítica e história ambiental) contribuem para analisar esse contexto.

De acordo com Worster (1991, p. 210),

Os humanos são animais que carregam ideias, assim como ferramentas, e uma das mais abrangentes e mais conseqüentes delas tem o nome de “natureza”. Mais precisamente, a “natureza” não é uma ideia, mas muitas ideias, significados, pensamentos, sentimentos, empilhados

uns sobre os outros frequentemente da forma menos sistemática possível.

Ao longo dos anos, os seres humanos além de modificar o ambiente em que viviam, criaram inúmeras representações e significados para esse espaço, as ideias sobre a natureza se multiplicaram e adquiriram aspectos diversificados conforme o contexto em que foram construídas. Vivemos uma expansão dos temas ligados à preservação do meio ambiente e à ecologia, em que essas ideias são diversas e complexas. A história ambiental contribui com “o estudo de aspectos de estética e ética, mito e folclore, literatura e paisagismo, ciência e religião – deve ir a toda parte onde a mente humana esteve às voltas com o significado da natureza” (WORSTER, 1991, 210).

A partir da segunda metade do século XX tornou-se impossível não relacionar a sociedade humana ao mundo natural, porém, observamos que há entre os historiadores resistência na sua utilização, devido ao fato de, durante muito tempo, a história ter tomado por relevantes apenas os documentos escritos e oficiais, que tratavam dos grandes acontecimentos e dos feitos de personalidades importantes.

Nesse contexto, surge na década de 1970 a história ambiental, em meio às transformações que se davam na relação homem versus natureza e à intensificação das discussões a respeito da consciência ambiental e da necessidade de preservação do meio ambiente. Segundo Worster (1991), é um esforço revisionista com o objetivo de fazer a disciplina de história mais inclusiva. Portanto, a história ambiental, possui uma abordagem focada no entendimento de que o homem produz a história no tempo e no espaço, por isso, é necessário, “colocar o homem na natureza” (Drummond, 1991, p. 4).

Um dos principais desafios da história ambiental no século XXI é aprofundar suas pesquisas e sua maneira de compreender historicamente o mundo. Dentre suas particularidades, destacamos a facilidade em atuar de forma interdisciplinar. Além disso, a história ambiental contribui para a difusão do debate sobre ecologia e meio ambiente, ultrapassando a esfera intelectual e adentrando a esfera pública. Como afirma Pádua (2010, p.82),

A grande novidade das últimas décadas esteve na difusão desse tipo de debate para uma parcela muito mais ampla da esfera pública. Os saberes acadêmicos foram desafiados e estimulados por tal movimento. Não é por acaso que nas últimas décadas organizaram-se iniciativas de ensino e pesquisa em economia ecológica, direito ambiental, engenharia ambiental, sociologia ambiental etc. Estabeleceu-se um movimento de mão dupla, em que as produções científicas influenciaram e foram influenciadas pelas ações públicas.

Não foram apenas “as vozes das ruas” que desafiaram os historiadores ambientais. O tempo de

transformar as estruturas da historiografia havia chegado, principalmente em relação ao entendimento do mundo natural e de seu lugar na vida humana. Como aponta Pádua (2010, p. 83), “os historiadores ambientais foram também desafiados por movimentos internos ao mundo do conhecimento, especialmente por mudanças epistemológicas consolidadas no século XX em relação ao entendimento do mundo natural e de seu lugar na vida humana”.

De acordo com isso, o professor pode utilizar a história ambiental e a ecocrítica como bases para a criação de planos de aulas que visem à análise de impressos, utilizando a interdisciplinaridade e a reflexão sobre a relação natureza-cultura. Dessa forma, mesmo que de forma sucinta e introdutória, os estudantes são levados a refletir sobre a relação que mantêm com o meio ambiente, e como essa relação é narrada em impressos periódicos e demais textos, sendo que a discussão é aprofundada através da interdisciplinaridade, no diálogo com outras disciplinas.

Todavia, deve ser observado o ‘ato de ler’ como significativo nesse processo. O objetivo dos professores de história, ao abordar a educação ambiental em sala de aula, é contribuir para a formação de sujeitos capazes de compreender as relações entre os seres humanos e a natureza de forma crítica e consciente. É necessário instrumentalizar os estudantes no sentido de terem condições de ler e interpretar o ambiente e o que é produzido sobre ele.

Assim, compreendemos aqui a educação ambiental como parte de um processo onde indivíduo e sociedade constroem conhecimentos, em vista de criar atitudes voltadas para a conservação e preservação do meio ambiente, bem essencial à qualidade de vida de todos que nele vivem. Nesse sentido, a história ambiental instrumentaliza os professores de história no sentido de aplicarem uma metodologia capaz de propiciar a análise e a crítica das iniciativas que já vem sendo tomadas, além de construir novas, mais voltadas para o bem das pessoas do que visando o lucro. A história visa analisar a interação da sociedade com o ambiente, mas, sem reduzir sua análise a um ou a outro, e, sim, pensando a inter-relação de ambos.

Assim como a história ambiental gerou um estranhamento por parte da academia, levando diversos historiadores a questionar se ela era apenas um prolongamento do movimento ambientalista, fato parecido acontece no ensino de história. A história ambiental, ou mesmo a educação ambiental no ensino de história, despertou, e ainda hoje desperta, um certo estranhamento, como se a história estivesse invadindo território alheio.

Para a historiadora Circe Maria Fernandes Bittencourt (2003, p. 37) é como se “historiadores e professores de história estivessem invadindo um território alheio e se propusessem a entrar em uma espécie de aventura, em uma seara desconhecida, exclusiva área ciências da natureza”. Entretanto, mais do que identificar a crise ambiental, os

biomas do planeta e os princípios da ecologia, por exemplo, a introdução da história ambiental na sala de aula significa levar os alunos a uma reflexão de como a ação humana incidiu na degradação do ambiente, na depredação dos biomas. É analisar a construção da ecologia e as pautas do movimento ambientalista, assim como as narrativas de diferentes grupos sobre a defesa do meio ambiente.

Em outras palavras, a história ambiental no ensino é uma ferramenta a mais na formação de sujeitos críticos quanto à ação dos seres humanos no tempo e no espaço. Seu objetivo principal é propiciar a reflexão sobre como o viver em sociedade influencia a natureza e vice-versa. Nesse intuito, a história não deve se isolar nas demais disciplinas, até porque, principalmente as ciências da natureza, construíram uma longa trajetória em estudos ambientais, podendo contribuir com o ensino de história através da ação interdisciplinar, assim como vem contribuindo com a pesquisa científica da história ambiental.

Nessa perspectiva, a interdisciplinaridade é essencial no processo de inserção da educação ambiental no ensino de história. Entretanto, ainda são escassas as propostas de atividades nesse sentido, principalmente porque a escola ainda é vista de forma compartimentada, onde as disciplinas atuam apenas em separado. Em relação a essa dificuldade, Bittencourt (2003) explica que a falta de trabalhos interdisciplinares no cotidiano escolar sobre determinados conteúdos, dificulta que problemáticas importantes, como a educação ambiental, possam receber um tratamento mais aprofundado, estabelecendo as necessárias articulações entre os vários campos de conhecimento.

De acordo com Circe Bittencourt a leitura crítica do meio ambiente e das narrativas sobre este, torna possível “educar não apenas usando a racionalidade das ciências modernas, mas também por deixar fluir as emoções, desenvolvendo sensibilidades para ver, sentir, estabelecer elos e vínculos com as experiências de cada um e a dos outros além de perceber os saberes próprios da natureza”. Por isso, devemos propiciar condições favoráveis para que os alunos possam compartilhar experiências e entrar em contato com as fontes e com produções artísticas e científicas sobre a temática, tendo sempre o professor como mediador.

Segundo Carvalho (2008, p. 75),

[...] o ambiente que nos cerca está sendo constantemente lido e relido por nós. Essa leitura é determinada em grande parte pelas condições históricas e culturais, ou seja, pelo contexto, que vai situar o sujeito e ao mesmo tempo disponibilizar sentidos para que a leitura se torne possível e plausível.

Há todo o momento lemos e interpretamos o mundo à nossa volta, identificamos as paisagens naturais e também suas transformações. A leitura que realizamos preenche de

sentido os objetos que entramos em contato, os reproduzimos e ressignificamos a partir de classificações existentes. Lemos e interpretamos o ambiente, e as concepções sobre ele presentes em livros, revistas, panfletos, entre outros, a partir das possibilidades do contexto em que estamos inseridos e de nosso conhecimento sobre o mesmo.

Conforme Roger Chartier (1992, p. 214) “ler não significa apenas submissão ao mecanismo textual, ler é uma prática criativa que inventa significados e conteúdos singulares, não redutíveis a intenções de autores dos textos ou dos produtores dos livros”. Esse autor demonstra que a prática da leitura possibilita inúmeras ressignificações, pois, o leitor “inventa significados” singulares a partir de sua experiência e de suas intenções.

Ainda de acordo com Chartier (1992, p. 214), “cada leitura realizada por cada leitor é, na verdade, uma criação secreta e singular” em que cada um recorta e remonta cada frase lida, e não só na leitura de textos, mas na leitura que faz do ambiente, das ideias, dos acontecimentos. Além disso, consideramos, ao mesmo tempo, a liberdade dos leitores e as limitações predispostas pelo próprio texto e os condicionantes dos discursos.

Ao propormos uma educação ambiental ecocrítica entrelaçada à história ambiental, destacamos a importância da instrumentalização da leitura dos estudantes, para que tenham suporte para ler o mundo ao seu redor. Chartier (1992, p. 216) afirma que “as opiniões também dependem de modo como os leitores “lêem” os textos”, ou seja, a leitura ecocrítica deve ser embasada teórico-metodologicamente por pressupostos eficazes, embora devamos compreender a realidade do ensino e do estudante, buscando textos, atividades e ferramentas em geral adequadas ao contexto.

Nessa perspectiva, como destaca Freire (1976) o professor deve levar os estudantes a compreender o sentido do conceito de cultura, pois é partir dele que os seres humanos criam suas relações com o mundo natural. A cultura é aqui entendida como acréscimo desse mundo não criado pelo homem, compreendida como o resultado do trabalho do homem no mundo natural.

A ecocrítica a partir de impressos: o caso da Globo Rural

Ao voltar-se para o passado, o historiador o reconstrói a partir de vestígios, de pistas, aproveitando igualmente aspectos de seu tempo. Ele busca respostas a questões que o intrigam e que são colocadas aos seus contemporâneos. A abertura da historiografia aos variados tipos de fontes históricas, principalmente com a fundação da revista

Annales, pelos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre, proporcionou ao historiador circular por diferentes representações da cultura de sociedades do passado e da construção e desconstrução de sua própria sociedade.

As fontes impressas, periódicos, revistas, jornais, entre outros, adentraram a escrita da história com mais frequência, salvo algumas exceções, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Embora, ainda tenha enfrentado resistências, seu uso tem se intensificado, já que esses objetos alargam as possibilidades da análise histórica. Como aponta a historiadora Tânia Regina de Lucca (2005, p. 111), foi a partir da década de 1970 que a importância dos impressos, tanto para escrever a história da imprensa, quanto para mobilizá-los para a escrita da História por meio da imprensa foi se desenvolvendo e ocupando espaços significativos na academia.

A revista *Globo Rural*, fundada pelo Grupo Globo no ano de 1985, com esse alargamento de fontes é um instrumento de circulação de ideias e de representações do mundo, em especial do “mundo rural”. Conforme Maria Helena Capelato (1988, p. 20), as revistas compreendem os aspectos sociais e culturais de uma sociedade, “seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas”. A *Globo Rural* impressa alcançou sucesso parecido ao do programa de televisão de mesmo nome fundado em 1980. A revista produzida no Rio de Janeiro era distribuída para todo o Brasil e para Portugal, com uma tiragem de mais de 100 mil exemplares.

Todavia, a utilização de fontes periódicas, tanto no ensino quanto na pesquisa, exige a análise de questões essenciais. Por isso, Ana Luiza Martins (2003, p. 60), afirma que o uso do impresso como vestígio do passado só é válido se levarmos em consideração “as condições de sua produção, de sua negociação, de seu mecenato propiciador, das revoluções técnicas a que se assistia e, em especial, da natureza dos capitais nele envolvidos”. Uma das primeiras medidas que o professor deve tomar, ao propor a história por meio de periódicos, é definir a segmentação que a revista apresenta em sua estreita relação com o público para o qual se dirige, “identificando interesses, valores e técnicas de cooptação de mercado” (MARTINS, 2003, p. 60).

Nessa perspectiva, o professor deve interpelar os estudantes a observar aspectos como “a forma como os impressos chegaram às mãos dos leitores, a aparência física (formato, tipo de papel, qualidade da impressão, capa, presença/ausência de ilustrações), e a estruturação e divisão dos conteúdos”, além de perceber as relações que a revista manteve e mantém com o mercado, com o público a que visa atingir, e os objetivos propostos (DE LUCCA, 2005, p. 139).

Além disso, as revistas, ao se constituírem como um lugar de memória expressam traços e características de uma época, e do grupo social que nele interagiu, inclusive através

de sua constituição física e das marcas nela impressas. Segundo Ana Luiza Cerbino (2005, p.51) esses aspectos “são traços e vestígios que deixam marcas impressas em um suporte, elaborando a percepção de determinado momento. Imagens, cores e texturas constituem formas visuais que correspondem a linguagens específicas e datam visualmente um espaço social”.

Nesse sentido, a revista Globo Rural se localiza no processo de expansão do segmento de revistas que abordavam temas rurais e agrícolas. Segundo De Lucca e Martins (2003, p. 66), em um país com forte influência da produção agrícola e com um alto contingente de pessoas que moravam em áreas rurais, se comparado a outros países, as revistas ditas “agronômicas”, expandiam rapidamente sua comercialização, desde que começaram a circular mais frequentemente no início do século XX, quando se começa a incentivar à pequena propriedade, em favor de imigrantes em ascensão.

Em nossa proposta de utilização no ambiente escolar, parte do plano de aula a ser construído deve focar no conhecimento da revista, nesse caso da revista Globo Rural, lançando um olhar para o expediente apresentado em seus números. Esses informavam sobre seus agentes no Rio de Janeiro e em São Paulo. A editora que publicava a revista, a Rio Gráfica, cujo conselho de administração era formado por Roberto Irineu Marinho, João Roberto Marinho, José Roberto Marinho e Oscar Neves, passou a se chamar “Editora Globo” em 1990. Já a diretoria de redação era formada por Humberto Pereira e João J. Noro, o editor chefe era José Hamilton Ribeiro, o diretor de arte Anibal Monteiro, e os principais colaboradores eram Sérgio de Souza, Luiz Carlos Cardoso, Sergio Figueiró da Silva e Carlos Drummond de Andrade.

Igualmente deve se considerar nesta proposta que a Globo Rural era comercializada por assinatura, além de ser vendida separadamente nas bancas. A assinatura anual, que compreendia 12 edições, custava nos primeiros anos Cr\$ 144,000, o número avulso custava Cr\$ 12.000 nas bancas de São Paulo e do Rio de Janeiro, já os leitores e as bancas de outras cidades que recebiam o periódico por “via aérea” pagavam 15.600 por cada edição. Sobre sua tiragem não consta nenhuma informação no expediente, apenas em alguns exemplares comemorativos, que era de aproximadamente 100 mil nos primeiros cinco anos. Encontramos também as informações de que a revista era mensal e que era distribuída também em Lisboa/Portugal.

Ao montar um plano de aula, utilizando essa revista como exemplo, o professor deve levar os estudantes a localizar Globo Rural na história da imprensa e analisá-la a partir da ecocrítica e da história ambiental, onde uma ideia de rural, de preservação de meio-ambiente e de ecologia é construída. Nesse sentido, pesquisa e ensino necessitam de um apoio metodológico, como a interface com a história da

imprensa e a história ambiental, além de alguns pressupostos da história da leitura, para demonstrar que o ato de ler e de produzir textos e narrativas ressignifica espaços materiais e simbólicos.

É relevante frisar que essa revista foi lançada no mercado editorial no início dos anos 1980 e editada até os dias de hoje, atravessando o período da Redemocratização Brasileira e da Constituinte (1985-1988) que formulou a constituição que vigora atualmente, época em que mudanças políticas foram instauradas. Além disso, a revista resistiu ao avanço da comunicação digital, em especial a popularização da internet.

A reportagem da capa da primeira edição apresenta o homem do campo, o “peão Davi”, responsável pela seleção de touros das raças zebuínas (*Bos taurus indicus*) na região de Uberaba, Minas Gerais (MG), uma das principais raças de touros trazidas para o Brasil. O jornalista responsável pela reportagem destacou a transformação do ambiente de Uberaba/MG com a chegada dessa raça de touros, além da adaptação dos peões para que a criação desses animais se desenvolvesse.

Nesse sentido, os estudantes devem ser conduzidos a identificar na revista inúmeros processos históricos, sendo que essa reportagem reflete um dos principais campos de atuação da história ambiental, o de compreender e analisar as transformações da paisagem gerada pela fixação de uma espécie animal nunca vista nesse ambiente. O professor recorrendo a história ambiental propicia a reflexão sobre a transformação dos ambientes e da sociedade pelo manejo de animais e plantas de um espaço para outro.

A primeira edição da revista conta com o editorial de Roberto Marinho, então presidente do Grupo Globo. Ele destaca que um dos principais objetivos da fundação da revista era que “todos os brasileiros compreendam um pouco mais desse mundo tão complexo, de que tanto dependemos” (GLOBO RURAL, edição 1, p. 03). Levando em consideração que os conteúdos da revista não são meros informativos, eles direcionam o foco da opinião pública, e ditam as “regras de sobrevivência” no campo, refletindo sobre essas “regras de sobrevivência” no campo apontadas pela revista, sobre a compreensão de “rural” que a o impresso quer transmitir para a sociedade.

A revista Globo Rural é conhecida pelas suas reportagens sobre o ambiente rural e sobre a preservação ambiental. Embora a revista tenha moldado esses dois temas, ela proporcionou o debate entre seus leitores ao longo de sua trajetória. Assim, a partir desse contexto a revista criou ‘a sua’ concepção de defesa do meio ambiente a até mesmo de “rural”. Essa concepção foi sendo construída ao longo dos anos, e é resultado do debate realizado pela sociedade, além de ser a continuidade do discurso do programa de televisão, mas, adquire uma nova roupagem, apresenta novas preocupações, e faz parte da “variada gama

dos defensores do meio ambiente”, que se refere Garrard (2006).

O pesquisador Greg Garrard (2006), também destaca que os ambientalistas têm preocupações diferentes. Isso deve ser problematizado em sala de aula. Eles seriam “uma variadíssima gama de pessoas interessadas em questões ambientais como o aquecimento global e a poluição”, procurando encontrar diversas formas de combater esses processos e melhorar o padrão de vida da sociedade. Além disso, o autor aponta que há muitos fatores pelos quais o ambientalismo, enquanto movimento mundial, tornou-se extremamente poderoso e difundido.

Neste contexto, a historiadora Elenita Malta Pereira (2012, p. 25) analisa esse processo de constituição dos principais movimentos e ações em defesa do meio ambiente no Brasil. Ao destacar as principais atitudes do governo de Getúlio Vargas em relação à ecologia, a autora refere que nos anos 1930, diversas leis e códigos protecionistas foram publicados pelo governo, resultado da influência que alguns intelectuais de projeção, cientistas e escritores exerceram sobre o presidente.

Pereira (2012, p. 22), destaca que as primeiras sociedades fundadas foram o Centro Excursionista do Rio de Janeiro, fundado em 1919, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (1932-1945), diversos Clubes de Amigos da Natureza, a Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro, a Sociedade de Amigos das Árvores, em 1931, a Amigos da Flora Brasília, em 1939, entre outras.

Nessa perspectiva, em 1964, um acontecimento mudaria as perspectivas do ambientalismo: a publicação do livro *Primavera Silenciosa*, da autora norte-americana Rachel Carson. O livro, que também pode ser um contraponto para o professor em sala de aula, se tornou um clássico entre os ambientalistas, contribuindo para o debate sobre os resultados da globalização e dos desastres causados pelo uso de agrotóxicos produzidos pelas indústrias químicas. Carson (1964) analisa o uso de pesticidas artificiais para combater as “pragas” que assolavam os Estados Unidos e o Canadá em meados do século XX. Numa afirmação feita pela autora, percebemos sua crítica ao desenvolvimento econômico desenfreado que não se preocupa com o ambiente natural: “[...] a medida que o ser humano avança rumo a seu objetivo de conquistar a natureza, ele vem escrevendo uma deprimente lista de destruições” (CARSON, 1964, p. 84).

Já nos anos 1970, em meio à repressão e a tentativa de silenciamento dos movimentos sociais, durante os governos militares, os movimentos ambientalistas se fortaleceram no Brasil. Diversas Organizações não-governamentais (ONGs) surgiram e passaram a defender diversas pautas ecológicas. Cada qual partindo dos problemas de sua região e do anseio comum de cuidado e preservação da natureza. No Rio Grande do Sul, como

apontou Pereira (2014, p. 150), José Lutzenberger e outras pessoas preocupadas com a questão ambiental fundaram a AGAPAN (Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural). Lutzenberger, como presidente, se tornou um porta-voz das preocupações ambientais daquele contexto, liderando atividades de conscientização ecológica e diversos episódios de lutas pela proteção do ambiente, em especial a luta contra os agrotóxicos.

Todavia, de acordo com Garrard (2006, p. 35) alguns ambientalistas radicais criticavam a existência de alguns “ambientalistas superficiais” que, em nome do progresso e do desenvolvimento econômico, teriam assumido “posturas de transigência” para com a ordem socioeconômica dominante nos primeiros anos do século XX. Sendo assim, é essencial questionar os interesses e as pautas de cada movimento, pois, muitos deles fazem parte de estratégias de empresas e indústrias que constroem um discurso ambiental forjado, pautado apenas no lucro. Garrard (2006, p. 37) aponta que as “indústrias reagem de maneiras que vão desde modificações dispendiosas de processos de produção até medidas “verdes” meramente cosméticas, destinadas a atrair ou a aplacar os ambientalistas”.

E nessa situação, o ponto de chegada à sala de aula pode ser a contextualização do discurso da revista *Globo Rural* em relação à preocupação ambiental, um discurso “superficial” por se apresentar como secundário, abaixo das preocupações de cunho desenvolvimentista. A revista destaca que é o desenvolvimento econômico e o aprimoramento das tecnologias que importam ao produtor rural, como demonstramos no início dessa reflexão, com a edição de janeiro de 2012.

As reportagens de *Globo Rural* se localizam num processo de institucionalização da questão ambiental no Brasil, e como afirma Pádua (2010, p. 82), “[...] a ideia de “ecologia” rompeu os muros da academia para inspirar o estabelecimento de comportamentos sociais, ações coletivas e políticas públicas em diferentes níveis de articulação, do local ao global”. Nos anos 1980, período de fundação e institucionalização da revista *Globo Rural*, o debate sobre preservação ambiental se expandia e popularizava, o que fica explícito nas primeiras edições, principalmente na seção que a *Globo Rural* destaca a opinião dos leitores sobre diversos temas:

A atuação do homem sobre as espécies animais e vegetais é lamentável. Há devastação das florestas, poluição dos rios, extermínio dos animais, como inimigos.

O homem deveria saber que nenhum ser vive isolado; os carnívoros dependem dos herbívoros e esses não vivem sem as plantas, as quais, por sua vez, necessitam do sol, do solo e dos minerais resultantes da decomposição dos organismos mortos. Sem a vegetação a Terra seria um mundo sem vida; sem os animais, seria um mundo sem fertilidade.

Nós, assinantes dessa maravilhosa revista *Globo*

Rural, “Revista do Século”, que juntamente com o programa Globo Rural da televisão desde o início leva ao homem do campo o modo correto e atualizado de fazer sobre plantações e criações de animais, vibramos com a aventura atrás da onça-pintada e principalmente com “O Grito do Pantanal”, reportagem publicada no nº 16 (Lourival Barbosa Gonçalves – Guaraciaba, MG – Minha Opinião, p. 06 – Revista nº 23).

Na carta acima, e em muitas outras enviadas na década de 1980 e 1990, demonstra-se esse processo de expansão das ideias ambientais para as pessoas comuns. E essa foi a grande novidade das últimas décadas, como descreve Pádua (2010) a difusão desse tipo de debate para uma parcela muito mais ampla da esfera pública. Os saberes acadêmicos foram desafiados e estimulados por tal movimento. Segundo esse autor, não por acaso que nas últimas décadas organizaram-se iniciativas de ensino e pesquisa em economia ecológica, direito ambiental, engenharia ambiental, sociologia ambiental entre outras. Pádua (2010, p.82) destaca que “estabeleceu-se um movimento de mão dupla, em que as produções científicas influenciaram e foram influenciadas pelas ações públicas”.

Uma das principais reportagens da Globo Rural relacionadas a preservação ambiental foi publicada em janeiro de 1987 na edição de número 16. A reportagem intitulada “O Grito do Pantanal” repercutiu nacionalmente chamando a atenção de vários institutos ambientalistas e do governo. Na própria revista, a seção Minha Opinião das edições posteriores à reportagem, expressara a indignação dos leitores pela situação de depredação da fauna e da flora do Pantanal. Ao expressar sua opinião em Minha Opinião da edição de número 23, de agosto de 1987, o leitor Alfredo Nagib faz referência a várias questões elencadas pela reportagem e pelos diversos órgãos e instituições do período que construíram um “sentimento ecológico” na sociedade:

Parece que a defesa da ecologia vem crescendo no Brasil, em número de adeptos e em organização. Fiquei surpreso pela quantidade de cartas enviadas a Globo Rural a propósito da matéria ‘O grito do Pantanal’. Todo mundo sabe que, se depender do Governo (e esse Governo, até agora, não conseguiu provar que é diferente do outro que passou, em se tratando de meio ambiente), não sobra nenhuma árvore em pé neste país (GLOBO RURAL, agosto/1987, p 07).

A carta de Alfredo sugere diversos pontos para reflexão em sala de aula, destacamos, três: o primeiro diz respeito ao seguinte trecho “parece que a defesa da ecologia vem crescendo no Brasil, em número de adeptos e organização”. O segundo diz respeito à reportagem citada “O Grito do Pantanal”. E o terceiro, encontramos no fim de sua carta, a superficialidade dos discursos ecológicos e as contradições presentes nessa trajetória da ecologia no Brasil. Como fica evidente em outro trecho da mesma:

No fundo, o meio ambiente depende tanto de educação e cultura quanto de economia e política. E todo dia alguma superviolência é cometida contra ele. Por exemplo, aqui no Sul da Bahia, enquanto é realizada a semana do meio ambiente, representantes dos mais diversos interesses da nossa sociedade vem, para nosso desespero, destruindo velozmente as últimas manchas da mata atlântica realmente virgens. Sucupiras, maçarandubas e outros milhares de madeiras raras, inclusive os últimos dos últimos jacarandás da Bahia, com idades superiores a vários séculos, são abatidos e comercializados como se fossem capim. Com poucas e ineficazes intervenções do IBDF (GLOBO RURAL, agosto/1987, p 07).

Percebemos que a primeira colocação de Alfredo Nagib é pertinente quando ele expressa o contexto de expansão dos movimentos ambientais no Brasil. O debate sobre ecologia havia se popularizado e dos primeiros movimentos ambientalistas até as conferências da ONU, muitos avanços podem ser identificados no Brasil e no mundo. Como já havíamos destacado, o Brasil não ficou alheio às discussões ambientais, e a revista Globo Rural, por sua vez, também não se absteve disso. Desde a primeira edição, seus editores e jornalistas expressaram interesse por esse tema, animando os leitores e a sociedade em geral na busca de um “desenvolvimento sustentável”, pautado nos investimentos na economia agrícola sem se descuidar do meio ambiente.

A revista de nº 15 destaca o anúncio de um inseticida, o curioso é que a ilustração e o texto apontam para um inseticida que além de garantir a produção, “não violenta a natureza”. Segue o texto do anúncio:

A natureza cobra caro de quem não respeita suas leis. Por isso existe Décis, um produto que passou por inúmeras pesquisas até ser comprovado como o inseticida mais seguro do mundo. Atuando apenas sobre as pragas. Décis garante a segurança do homem e da natureza. E você vai ainda descobrir duas outras grandes vantagens de Décis: é o mais econômico e mais eficiente inseticida ao seu alcance (GLOBO RURAL, 15, 1996, p. 45).

O anúncio acima é parte integrante de uma publicação da segunda década da revista Globo Rural. É um período em que se proliferam reportagens e artigos sobre meio ambiente e ecologia. Mas, como observamos no anúncio “Décis garante a segurança do homem e da natureza” e esse ponto é extremamente significativo, porque ele representa a linha de construção da maioria das edições de Globo Rural. A revista destaca a importância da produção econômica, do desenvolvimento de técnicas e serviços, a modernização dos meios de produção; destacando a importância da “segurança da natureza”, do desenvolvimento de técnicas que não prejudiquem o meio ambiente.

Retornando a análise da reportagem “O Grito do

Pantanal”, percebemos que há da parte da revista a iniciativa de causar nos leitores um sentimento de repúdio à devastação do meio ambiente, usa-se uma linguagem romântica para despertar o “amor pela natureza”, e então chamar a atenção para a situação do Pantanal. No início da reportagem sobre o Pantanal, Zé Hamilton afirma:

A anormalidade que está acontecendo é esta: a avifauna brasileira está em perigo. Para muitos observadores, já começou a “temporada oficial de extinção” das aves aquáticas do Pantanal. O primeiro grito de socorro veio da Transpantaneira, no município de Poconé, no Mato Grosso, e pode até ter vindo por acaso. Fazendo uma reportagem sobre tuiuiús, em setembro, época em que eles estão criando, nossa equipe se espantou com o número de ninhos vazios na transpantaneira (GLOBO RURAL, janeiro/1987, p. 62).

A linguagem utilizada por Zé Hamilton nessa reportagem para descrever a devastação do Pantanal se parece com a que Carson (1964), inicia sua obra. Com um tom melancólico, a autora narra os motivos que levaram a primavera de uma cidade norte-americana a “silenciar-se”. Essa anormalidade é resultado da ação do homem na transformação do ambiente em espaços produtivos.

Diante disso, constatamos que a revista construiu uma complexa rede de comunicação social. Ela possuiu nesses 30 anos uma variada gama de editores e jornalistas, que expressam não só o interesse das Organizações Globo e da “alta sociedade agrícola” que compreende grandes produtores e latifundiários, mas expressa a opinião desses homens e mulheres que muitas vezes são ativistas de movimentos ambientalistas, ou que representam a “paixão moderna pela natureza”. Por isso, é difícil identificar um único discurso em Globo Rural, mas vários, representando cada qual por diferentes interesses, mesmo que grande parte se preocupe apenas com o desenvolvimento econômico.

Há presença de um discurso ambiental na revista Globo Rural, mas ele é complexo, articulado para atender os interesses da revista e de quem ela representa. O editor chefe, José Hamilton, liga-se a movimentos ambientalistas, e é o principal responsável pelas matérias sobre ecologia na primeira década da revista Globo Rural. A denominação de “ambientalismo superficial” que relacionamos ao discurso de Globo Rural, ou até mesmo o Cornucopianismo³, necessitam de maior problematização.

A revista Globo Rural se tornou um espaço de debate e de conflito ideológico, tomando e expondo opiniões. Analisando a revista Globo Rural extraímos as percepções e os valores com que a sociedade que ela representa refletiu sobre o mundo não-humano e sobre a influência do humano no ambiente natural. Em outras palavras, compreendemos as

3 Conceito elaborado por Garrard (2006, p. 33), que descreve a atuação de movimentos financeiramente sustentados por grupos de pressão industrial anti-ambientalista.

percepções e os valores com que as pessoas refletem sobre o mundo não-humano, o pensamento sobre a natureza.

Considerações finais

Nessa reflexão, apresentamos algumas perspectivas para o ensino de educação ambiental nas aulas de história, utilizando, principalmente, elementos da ecocrítica e da história ambiental. Os professores, ao buscarem enriquecer sua aula e aprofundar a discussão com os estudantes devem propiciar a análise de fontes históricas. Um ensino de qualidade contribui para a crítica e a inclusão dos estudantes nos debates da esfera pública. A educação brasileira, já há alguns anos, passa por um processo de democratização e de popularização. Ela passou de uma possibilidade da elite para um direito de todos, apesar de muitos, ainda hoje, não terem condições de ter acesso pleno a esse direito.

O ensino de história contribui para atuação dos estudantes na sociedade como sujeitos críticos de sua realidade, responsáveis por mudanças capazes de diminuir a desigualdade social, de democratizar ainda mais a educação e de acabar com o preconceito e com a violência. A história deve contribuir também para a expansão da educação ambiental, frente aos avanços da crise ambiental. A educação ambiental, resultado das lutas do movimento ecológico, visa contribuir para a construção de novas maneiras das pessoas se relacionarem com o meio ambiente, por isso, ao se apoiar na história ambiental e na ecocrítica, os professores levam os estudantes a contribuir com esse objetivo.

Precisamos acompanhar as transformações do mundo. A história não deve ser uma narrativa que coleciona os fatos do passado sem refletir sobre eles. Tanto o historiador, quanto o professor de história devem partir das necessidades dos homens e mulheres do presente. Para isso ambos devem se especializar em propostas, como, por exemplo, a problematização da revista *Globo Rural*, que possibilitem uma aproximação temporal e material do assunto estudado e isso não quer dizer que a história deve apenas se amparar no conhecimento das antigas civilizações, mas pelo contrário, deve compreendê-las, deve perceber suas experiências culturais, políticas e econômicas e relacioná-las com sua realidade. E o debate sobre o meio ambiente e a relação que mantemos com o ambiente em que vivemos é uma perspectiva essencial.

Referências Bibliográficas

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. Apologia da história, ou, O ofício de historiador. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CHARTIER, Roger. Textos, Impressão, Leituras. In: HUNT, Lyn. A Nova História Cultural. Tradução Jefferson Luiz Camargo – São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 211-239.

CAPELATO, Maria Helena. Imprensa e História do Brasil. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CARSON, Rachel. Primavera Silenciosa. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico. – 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CERBINO, Ana Luiza. Tempos de elegância: memória e história nas páginas da revista Rio. Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM) - v.4, n.1, jan./2015 - jun./2015, p. 51-60

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Meio Ambiente e Ensino de História. História e Ensino, Londrina, v. 9, p. 37-62, out/2003.

DE LUCCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). Fontes Históricas. São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-153.

_____; MARTINS, A. L. História da Imprensa no Brasil. / Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca (organizadoras). São Paulo: Contexto, 2008.

DRUMMOND, José Augusto. Por que estudar a história ambiental do Brasil? – Ensaio temático. Varia História. Belo Horizonte, n.26, p. 13-32, 2002.

FREIRE, Paulo. Ação Cultural para Libertação. Lisboa: Moraes Editores, 1986.

GARRARD, Greg. Ecocrítica e Educação para a Sustentabilidade. Pedagogia: Abordagens Críticas ao Ensino de Literatura, Linguagem, Composição e Cultura, Volume 7, Número 3, p. 359-383, 2007.

GARRARD, Greg. Ecocrítica. Tradução de Vera Ribeiro – Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2006.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. São Paulo: Estudos Avançados, Vol. 24, nº 68, 2010.

PEREIRA, Elenita Malta. Sacralização da natureza: Henrique Luiz Roessler e as ideias protecionistas no Brasil (1930-1960). Cadernos IHU, Ano 10 – Nº 38 – 2012.

_____. Fim do Futuro? O tempo no manifesto ecológico brasileiro de José Lutzenberger. Anais Eletrônicos do XI Encontro Estadual de História da

FURG, 2014. Disponível em:
<http://www.eeh2012.anpuhrs.org.br/resources/anais/18/1346155397_ARQUIVO_temponomanifesto.pdf>. Acessado
dia 16/09/2015.

WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental.
Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4. N. 8, 1991, p.
198-215.

Fontes

Revistas Globo Rural. Edições: 1, 15, 16, 23, 315.